

ATA NÚMERO 118/XII (2.ª)

Aos onze dias do mês de junho de 2013, pelas 16 horas e 45 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 5 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

16h30mn:

Audição do Conselho Regulador da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social para apresentar o relatório de atividades e de regulação de 2011:

Carlos Magno – Presidente

Alberto Arons de Carvalho – Vice-Presidente

Raquel Alexandra – Vogal do Conselho

Luísa Roseira – Vogal do Conselho

17h30mn:

1 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:

2 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista para audição da Autoridade da Concorrência, da Portugal Telecom, da ZON e da Sportinveste, por forma a prestar os devidos esclarecimentos sobre o acordo celebrado entre a ZON e a PT no sentido desta adquirir uma participação de 25% da Sport TV à ZON.

A Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, em cumprimento do disposto no artigo n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, procedeu à audição dos membros do Conselho Regulador da ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social, formalidade prévia à discussão do relatório anual sobre as suas atividades de regulação e do relatório de atividade e contas do ano de 2011.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Mendes Bota, explicou a metodologia dos trabalhos e informou igualmente que a audição se iniciaria com uma exposição do Senhor Presidente da ERC, com a duração de 10 minutos, a quem, de seguida, deu a palavra.

O Senhor Presidente da ERC iniciou a sua intervenção referindo que a entrega tardia do relatório de regulação do ano de 2011, que datava de outubro de 2012 e que estava a ser discutido em junho de 2013, se justificava por uma questão de calendário que convinha corrigir de uma vez por todas. Sublinhou que, na altura em que o relatório deve ser entregue na Assembleia da República, as empresas reguladas ou supervisionadas pela ERC ainda não entregaram os seus relatórios e contas respeitantes a esse ano, pelo que seria bom que o Parlamento se debruçasse sobre esta questão para que pudesse haver um ajuste de calendário.

De seguida, referiu-se ao peso excessivo da economia na comunicação social portuguesa, à invasão de comentadores, muitos deles políticos no ativo ou que se encontram a «atravessar o deserto», e ao défice de analistas; disse, também, que nunca se fizeram tantas reportagens como hoje; que a atuação da ERC não se resume àquilo que consta do relatório de regulação, havendo muito trabalho de bastidores que se traduz na tentativa de evitar conflitos e de dialogar com todas as partes envolvidas, o que é feito em articulação com a ANACOM e a Autoridade da Concorrência, como aconteceu no caso do jornalista Nuno Santos.

Mais adiantou que a ERC desativou o portal da transparência porque continha informação desatualizada; que as auditorias da RTP estão todas em dia; que as avaliações intercalares das televisões foram todas feitas e que não houve nenhum recurso das decisões da ERC; que há novos canais no cabo e novos canais estrangeiros em concorrência com as audiências e o mercado publicitário português; que a ERC se está a debruçar sobre a cooperação da geografia da língua e a estudar a evolução da Google e a passagem para o digital; que os assuntos mais prementes têm a ver com a TDT, os debates eleitorais, a entrada da MEO no capital da SporTV, o dossier da RTP e a questão dos diretores internacionais (que obtiveram um deferimento tácito da ERC); por fim, sublinhou que o direito de resposta está ser cumprido quase integralmente por todos os órgãos de comunicação social (com exceção do *Jornal de Lisboa*).

Na primeira ronda de intervenções o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) debruçou-se sobre as alterações que possam ter ocorrido na dimensão da análise dos grupos de comunicação social; havendo «mais informação do que nunca, mas estando nós menos informados do que nunca», as dificuldades existentes em relação à estrutura da propriedade dos órgãos de comunicação social; o reforço da transparência na titularidade dos meios de comunicação social e o conhecimento da idoneidade dos proprietários; o afunilamento do mercado publicitário, com dificuldades acrescidas na gestão do setor da comunicação social; as eleições autárquicas e os

debates televisivos; o aumento das sondagens efetuadas; a publicidade do Estado e a plataforma disponibilizada pelo Gabinete dos Meios de Comunicação Social com vista à monitorização desta matéria.

De seguida, a Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) questionou a ERC sobre as medidas que vai tomar para acompanhar todo o processo de concentração dos grupos de comunicação social já em curso; o pluralismo e a diversidade dos meios de comunicação social; o excesso de economia e de comentadores; a função de informar e de formar; os ataques ao serviço público de rádio e televisão; o acompanhamento da Lei da Rádio; a quebra de audiências da RTP2; e a ausência de programação infantil e a redução de produção portuguesa nesta área.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) levantou questões acerca do pluralismo e da diversidade dos meios de comunicação social; do excesso de economia, da abundância de comentadores e da escassez de analistas; da propriedade dos meios de comunicação social; da suspensão do portal da transparência; dos debates eleitorais, da cobertura das campanhas eleitorais; da liberdade editorial e do princípio da não discriminação; da geografia da língua portuguesa; e, por fim, das fusões e aquisições nas televisões e nas rádios.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) colocou questões sobre as auditorias à RTP e o que há a melhorar; o conteúdo das avaliações intercalares das televisões; a fusão, aquisição, transferência e composição do capital das empresas; a profusão da publicidade no cabo e nas televisões em geral; a liberdade de escolha dos operadores e dos conteúdos; e as quotas de música portuguesa na rádio.

Por fim, a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) perguntou se não há forma de obviar ao atraso na entrega do relatório de regulação de 2012; se já existem dados comparativos relativamente ao ano de 2012 no que respeita, por exemplo, ao investimento publicitário, tendo também abordado as matérias respeitantes ao pluralismo territorial e de géneros e aos debates eleitorais.

O Senhor Presidente da ERC respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo também prestado informações adicionais o Vice-Presidente Alberto Arons de Carvalho e as Vogais Raquel Alexandra e Luísa Roseira, tendo-se debruçado sobre as sondagens eleitorais, os debates televisivos, a dimensão do mercado da geografia da língua e o alargamento do mercado, a concentração dos grupos de

comunicação social; o acompanhamento do serviço público da RTP, a programação e as audiências da RTP2; o acompanhamento feito pela ERC do cumprimento das quotas de música portuguesa e da nova Lei da Rádio; a suspensão do portal da transparência; a concorrência nas audiências e no mercado publicitário por parte de canais estrangeiros.

Na segunda ronda intervieram os Senhores Deputados Manuel Seabra (PS), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Francisca Almeida (PSD).

O Senhor Presidente e os restantes membros da ERC responderam, no final, a todas as questões levantadas, após o que Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a audição dos membros do Conselho Regulador da ERC.

A presente audição foi gravada, existindo o seu registo áudio disponível para consulta em http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/12-CPECC/CpECC_20130611_1.mp3, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Entrando no período da Ordem do Dia, e por se tratar de matéria relativa ao Estatuto dos Deputados, os assuntos foram tratados à porta fechada.

Em relação ao segundo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Manuel Seabra (PS) que começou por afirmar que o seu grupo parlamentar pretendia que fossem ouvidas em Comissão a Autoridade da Concorrência, a PT, ZON e a Sportinveste, detentora dos canais codificados SportTV, sobre o alegado acordo entre a ZON e a PT no sentido de a segunda adquirir uma participação de 25% da SportTV à primeira, o que, para si, prefigura um claro abuso de posição dominante.

Disse também que, de entre as cláusulas estipuladas, ficou expressamente definida a impossibilidade de transmissão de qualquer conteúdo que conflitue ou concorra com a SportTV por parte das duas empresas que, atualmente, detêm em conjunto mais de 90 por cento do mercado de distribuição de televisão por cabo — as operadoras ZON e MEO.

Frisou que os contornos deste negócio eram muito graves, e citou a recente queixa apresentada pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional à Autoridade da Concorrência e também um parecer subscrito pelo atual Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro, pelo que se tornava indispensável compreender os contornos desta negociação (a ser

verdadeira), bem como o propósito inerente à lógica tentacular que a SportTV pretende impor e com a qual ZON e PT parecem concordar.

Seguiu-se um breve período de debate em que usaram da palavra os Senhores Deputados Francisca Almeida (PSD), Raúl de Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP) e Cecília Honório (BE), tendo ficado acordado marcar já a audição de todas estas entidades, exceto a da Autoridade da Concorrência, na medida em que esta ainda não se tinha pronunciado sobre a questão em análise. Após o fazer, ela seria também ouvida.

O Senhor Presidente deu conta, ainda, do pedido de audiência solicitado pelo Presidente da Liga Portuguesa de Futebol Profissional, Mário Figueiredo, manifestando a sua preocupação com a titularidade dos direitos de transmissão televisivos em Portugal. Frisando não saber se este pedido teria ou não a ver com a matéria do requerimento em análise, e após um breve período de debate, em que usaram da palavra os Senhores Deputados Francisca Almeida (PSD) e Pedro Delgado Alves (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP) e Cecília Honório (BE), ficou estabelecido ouvir esta entidade e dessa audição dar conta às Comissões de Educação, Ciência e Cultura e de Economia e Obras Públicas.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

A presente reunião foi gravada, podendo ser consultada em http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/12-CPECC/CpECC_20130611_2.mp3, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 19 horas e 05 minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 11 de junho de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

(José Mendes Bota)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt

Carla Cruz

Cecília Honório

Francisca Almeida

Inês de Medeiros

Isabel Oneto

Jacinto Serrão

João Portugal

Lídia Bulcão

Luís Pita Ameixa

Manuel Seabra

Maria da Conceição Caldeira

Mendes Bota

Odete Silva

Orísia Roque



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Paulo Rios de Oliveira

Pedro Delgado Alves

Raúl de Almeida

Rosa Arezes

Sérgio Azevedo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Rodrigues

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 10/09/2013.